



Workshop "Títulos de Crédito"

Ação de Formação Contínua Tipo D - 4, 11 e 18 dezembro de 2020 • on line

A utilização da letra de câmbio, da livrança e do cheque como títulos executivos

Caso prático

O

Em outubro de 2019, a sociedade comercial X, Lda., com sede em Leiria, forneceu à sociedade comercial Y, Lda., com sede em Sintra, diversas mercadorias e produtos da sua atividade comercial, no montante de € 15.000,00, tendo ficado convencionado entre as partes que o pagamento dessa importância seria efetuado no prazo de 30 dias. Para o efeito, a sociedade comercial X, Lda. emitiu uma letra de câmbio, no montante de € 15.000,00, a qual foi aceite pela sociedade comercial Y, Lda., sendo que, na letra, ficou consignado que o lugar de pagamento seria Leiria. Acresce que a letra de câmbio foi avalizada por Z, sócio-gerente da sociedade comercial X., Lda., residente em Mafra.

Na data do respetivo vencimento, a letra não foi paga, razão pela qual a sociedade comercial X, Lda. pretende intentar uma ação executiva, com base nessa letra de câmbio.

1. Quem seriam as partes legítimas na ação executiva?

NÚCLEOS:

Coimbra – Av. Sá da Bandeira, edif. Golden, 115-5.º, letras E, F, G, H
(antigo Registo Notarial) 3004-515 Coimbra – Tel.: 23 983 49 24
Porto – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º – 4049-074 Porto
Tel: 22 205 89 68 | 22 203 12 99 | Fax: 22 200 89 44

Lisboa
Largo do Limoeiro – 1149-048 Lisboa
Tel: 21 884 56 00 | cej@mail.cej.mj.pt
www.cej.mj.pt
formacao-def@mail.cej.mj.pt

2. E se a ação fosse intentada apenas contra o avalista? Poderia este executar os demais coobrigados, em exercício de direito de regresso, utilizando como título executivo a letra de câmbio por ele avalizada?

3. Sabendo que a sociedade comercial X, Lda. pretende executar todos os obrigados, qual seria o tribunal competente para a execução?

4. Poderia o credor peticionar, para além do capital, o pagamento das despesas com a letra?

5. Suponha que, no requerimento executivo, a sociedade comercial X, Lda. juntou uma cópia digitalizada da letra de câmbio. Como deverá proceder o juiz de execução logo que o processo lhe seja conclusivo?

Caso prático

P

A sociedade comercial A, Lda., carece de financiar a sua atividade industrial de produção de produtos metalúrgicos, tendo como sócios gerentes B e C, os quais vinculam, em conjunto, a referida sociedade.

Por conseguinte, decidiu requerer um financiamento bancário junto do Banco Capital, S.A., no montante de € 50.000,00. Para o efeito, o banco exigiu a entrega de uma livrança em branco, a qual foi acompanhada por um pacto de preenchimento, por via do qual a sociedade comercial A, Lda. autorizou o Banco Capital, S.A. a preencher a livrança com os elementos em falta.

1. Poderia essa livrança constituir título executivo, sabendo que a mesma não foi assinada pelos sócios gerentes B e C, estando totalmente “em branco”?

NÚCLEOS:

Coimbra – Av. Sá da Bandeira, edif. Golden, 115-5.º, letras E, F, G, H
(antigo Registo Notarial) 3004-515 Coimbra – Tel.: 23 983 49 24
Porto – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º – 4049-074 Porto
Tel: 22 205 89 68 | 22 203 12 99 | Fax: 22 200 89 44

Lisboa

Largo do Limoeiro – 1149-048 Lisboa
Tel: 21 884 56 00 | cej@mail.cej.mj.pt
www.cej.mj.pt
formacao-def@mail.cej.mj.pt

2. Suponha agora que a livrança foi assinada pelo devedor e que o Banco Capital S.A. procedeu ao preenchimento dos demais elementos em falta, com base no pacto de preenchimento, sendo que referiu a existência desse pacto no requerimento executivo. O juiz de execução decidiu indeferir liminarmente o requerimento executivo, por entender que o título executivo é complexo, não tendo a exequente junto ao requerimento executivo o pacto de preenchimento. Concorde com a decisão do juiz de execução?

3. Considere, em hipótese distinta das anteriores, que o pacto de preenchimento é omissivo quanto ao vencimento da obrigação. Poderia o Banco Capital, S.A. intentar uma ação executiva, sem antes interpelar a sociedade comercial A, Lda. para proceder ao pagamento da dívida?

4. Suponha agora que, em sede de oposição à execução, o executado veio alegar que a quantia exequenda, constante do requerimento executivo, excede a quantia máxima que ficou a constar do pacto de preenchimento. Sobre quem recai o ónus da prova desse preenchimento abusivo e como deveria proceder o juiz de execução caso o mesmo fique demonstrado?

Equipa científica:

Carolina Cunha, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra | José Henrique Delgado de Carvalho, Juiz de Direito | Marco Gonçalves, Professor da Escola de Direito da Universidade do Minho | Maria Emília Melo e Castro, Juíza de Direito, docente do Centro de Estudos Judiciários | Patrícia Costa, Juíza de Direito, docente do Centro de Estudos Judiciários | Elizabete Assunção, Juíza de Direito, docente do Centro de Estudos Judiciários

NÚCLEOS:

Coimbra – Av. Sá da Bandeira, edif. Golden, 115-5.º, letras E, F, G, H
(antigo Registo Notarial) 3004-515 Coimbra – Tel.: 23 983 49 24
Porto – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º – 4049-074 Porto
Tel: 22 205 89 68 | 22 203 12 99 | Fax: 22 200 89 44

Lisboa
Largo do Limoeiro – 1149-048 Lisboa
Tel: 21 884 56 00 | cej@mail.cej.mj.pt
www.cej.mj.pt
formacao-def@mail.cej.mj.pt